

Abin planeja ampliar ações no Porto

Agência Brasileira de Inteligência quer se unir com outros órgãos para atuar na segurança pública, energética, alimentar e ambiental

ANDERSON FIRMINO
DA REDAÇÃO

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) tem planos de ampliar sua atuação junto ao Porto de Santos. Uma das medidas é a descentralização das reuniões mensais do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) em relação a São Paulo. Assim, a Baixada Santista também passará a sediar encontros regulares do Sisbin local.

“O Encontro sobre Inteligência e Ambiente Portuário, promovido pela Abin e seus parceiros em Santos em novembro de 2023, representou um marco do novo horizonte de colaboração desejado. Trata-se de um ambiente em que todos ganham com essa nova configuração, não só a agência, já que os órgãos participantes compõem um sistema”, explica o órgão da Presidência da República.

Ainda de acordo com a Abin, o Porto de Santos tem sido motivo de atenção especial em três vertentes: as análises referentes à dinâmica da segurança pública, aos impactos da grande infraestrutura estratégica para a comunidade local e na economia nacional e aos aspectos relacionados a questões ambientais como consequências da atividade portuária e de outras atividades do entorno relacionadas direta ou indi-



Delegada cita Cesportos para resolver as questões de segurança pública portuária, com união da PF, Receita Federal e Marinha, entre outros

retamente ao Porto.

“O conceito de segurança deve ser entendido de forma mais ampla e envolver não só segurança pública, mas também, por exemplo, a segurança energética, alimentar e ambiental. O desenvolvimento de uma temática abrangente

pressupõe a necessidade de interação com órgãos como a Receita Federal e a Polícia Federal, mas também com uma gama variada de atores públicos e privados”, reforça.

AÇÃO INTEGRADA

A delegada da Polícia Fe-

deral aposentada Luciana Fuschini, que foi chefe da PF e coordenadora das Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Cesportos), apresenta uma visão ampla do trabalho coordenado no combate ao tráfico

outras atividades ilícitas.

“As Cesportos são estruturadas para resolver as questões de segurança pública portuária. Tem a coordenação da Polícia Federal, mas no guarda-chuva também estão Receita Federal, Marinha do Brasil, o Governo do Estado como convidado, a

área de segurança da autoridade portuária e Antaq. São órgãos com diferentes visões para ter um olhar sobre a segurança pública portuária”, conta.

Para ela, a experiência foi válida porque cada ente, com a sua visão, colabora à sua maneira. “Você vai fazer uma elevação de nível de segurança no Porto. Um está vendo um aspecto, o do prejuízo. Então, vamos elevar só o nível de segurança de uma margem ou dos acessos. Caso contrário, os terminais vão ter um prejuízo muito grande durante esse processo. O outro pensa no impacto do aduaneiro na segurança, ou ainda na parte regulatória. Enfim, essa experiência é muito rica. E no combate ao crime organizado, se não tiver um serviço de inteligência, não se consegue combatê-lo”, pondera.

Para Luciana, um trabalho ostensivo, como o verificado em meio à missão de Garantia da Lei e Ordem (GLO) instituída pelo Governo Federal, não apresenta efetividade nos pleitos que exigem maior trabalho de inteligência.

“A efetividade mesmo se dá quando você agrega um trabalho de inteligência. A cooperação, a troca de informações permite que haja algum tipo de efetividade”, complementa.

9 | VOLUME 20 | 2023